

Sumário

Prefácio por GERALDO PRADO.....	5
Habeas corpus e limites ao poder punitivo: diálogos entre os sistemas chileno e brasileiro	
Nota à edição brasileira	13
Abreviaturas e siglas.....	19
Introdução	21

CAPÍTULO PRIMEIRO

Teoria do habeas corpus constitucional

1. Âmbito normativo	25
2. Natureza jurídica e conceito	28
3. Tipos de habeas corpus	32
4. Características processuais	34
5. Direitos protegidos pelo habeas corpus	37
6. Pressupostos de cabimento do habeas corpus.....	41
7. Titularidade da ação	44
8. Sujeito passivo.....	47
9. Cabimento do habeas corpus contra decisões judiciais.....	49

10. Competência jurisdicional.....	54
11. Efeitos da sentença de habeas corpus.....	58
12. Impugnação da decisão em habeas corpus	59
13. O habeas corpus no sistema interamericano	60

CAPÍTULO SEGUNDO

O habeas corpus legal perante o juiz de garantia

1. Aspectos gerais.....	67
2. Alcance do habeas corpus legal	68
3. Competência jurisdicional	69
4. Legitimação ativa	70
5. Forma e prazo de impetração.....	71
6. Cabimento contra decisões judiciais.....	73
7. Cabimento em face de autoridades não jurisdicionais.....	74
8. Vinculação com a audiência de controle da detenção (audiência de custódia).....	75
9. Coexistência entre o habeas corpus legal e o constitucional	77

CAPÍTULO TERCEIRO

Habeas corpus constitucional e padrões jurisprudenciais

1. Introdução	81
2. Ingressos e buscas domiciliares e controle constitucional	82
2.1. Autorização judicial de ingresso, busca e apreensão	82
2.2. Alcance do habeas corpus.....	83
2.3. Hipótese de flagrante	84
2.4. Requisitos para ingresso sem ordem judicial nem autorização do proprietário	86
2.5. Autorizações verbais	87
2.6. Conclusões	89

3. Prorrogação do prazo de detenção.....	89
3.1. Ação discricionária do tribunal.....	90
3.2. Prorrogação no âmbito dos delitos de tráfico ilícito de drogas	91
3.3. Casos em que procede a prorrogação da detenção	93
3.4. Barreiras linguísticas e direito à defesa.....	93
3.5. Obtenção de identidade provisória como fundamento da prorrogação	94
3.6. Prorrogação da detenção e sua relação com a imputação penal	94
3.7. Conclusões	95
4. Advertências processuais e ameaça de privação de liberdade	96
4.1. Alcance da advertência realizada pela polícia	96
4.2. Falta de intimação	97
4.3. Intimações promovidas pelo Ministério Público	98
4.4. Intimações judiciais e limites à advertência coercitiva.....	100
4.5. Notificações viciadas.....	102
4.6. Formas especiais de notificação	102
4.7. Exigência de notificação prévia válida.....	103
4.8. Conclusões	104
5. Controle da legalidade da detenção e padrões policiais.....	105
5.1. Prazo para apresentar o imputado ao juiz	105
5.2. Detenção ilegal e medidas cautelares pessoais	106
5.3. Controle de identidade policial e legalidade da detenção.....	107
5.4. Hipóteses de flagrante e ilegalidade da detenção	110
5.5. Intimação na qualidade de testemunha e perguntas autoincriminatórias	112
5.6. Conclusões	113
6. Ordens de detenção e limites do poder judicial	114
6.1. Ausência de notificação e notificações viciadas	115
6.2. Advertências legais e não comparecimento às audiências	116

6.3. Alcance das hipóteses de detenções judiciais	117
6.4. Falta de fundamentação.....	121
6.5. Ordens judiciais e exigibilidade de comparecimento	122
6.6. Conclusões.....	123
7. Prisão preventiva.....	124
7.1. Critérios de diferenciação cautelar entre coimputados	125
7.2. Revisão cautelar e dever de agendamento de audiência	125
7.3. Dupla via de impugnação e critérios de admissibilidade do habeas corpus.....	126
7.4. Prisão preventiva após o veredicto: mudança de status processual e necessidade de cautela	127
7.5. Proporcionalidade e caráter excepcional da prisão preventiva	133
7.6. Recurso imediato e preclusão: efeitos sobre a liberdade pessoal	135
7.7. Dever reforçado de fundamentação na prisão preventiva	136
7.8. Imparcialidade judicial e contraditório no controle cautelar: limites à iniciativa oficiosa.....	142
7.9. Conclusões	145
8. Padrões de controle constitucional da liberdade.....	146
Conclusões gerais	151
Referências	155